

RITUAIS DE PASSAGEM NO CAMPO DA LINGUAGEM : RECONHECIMENTO, VALORIZAÇÃO E DIFERENÇAS CULTURAIS

ILSEN CHAVES DA SILVA (UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE).

Resumo

Este trabalho explora elementos de uma pesquisa de mestrado, realizada em escolas multisseriadas, para discutir o desafio que representa, para os professores de cursos de licenciaturas, do ponto de vista linguístico, o trabalho acadêmico com estudantes-professores em exercício em escolas rurais. Problematisa o que poderia ser entendido como a necessária passagem da variante regional para o padrão culto da língua, que de fato se processa como uma aquisição da norma culta: uma segunda língua. Ou, a não aquisição desta segunda língua. Ou ainda, o abandono ou desprezo da língua de origem em prol da adoção da linguagem escolarizada. Durante as incursões no campo de investigação, com caráter de pesquisa participante, veio à tona um conjunto de dificuldades e também foram construídas soluções que poderiam ser aprimoradas para desenvolver metodologias para o trabalho com as diferenças linguísticas. Foram vivenciados com o grupo de sujeitos da pesquisa, rituais de passagem no campo da linguagem, pautados por posturas de reconhecimento e valorização, explicitando e comparando as variantes, regional e padrão, levando à ampliação do repertório linguístico dos participantes, o que resultou, para muitos, na transformação do sentimento de humilhação e vergonha por “falar errado”, na consciência de que há diferentes formas de expressão; o que pode ser experimentado como um enriquecimento. Ao invés de substituir o linguajar regional pelas formas cultas que a formação se propõe a cultivar, ambas as modalidades podem co-existir.

Palavras-chave:

língua culta, formação de professores, licenciaturas.

Este trabalho se apresenta como um ir e vir refazendo nossas trajetórias de aquisição das linguagens que nos humanizam, nos interligam aos outros humanos, nos permitem olhar para nós mesmos e saber: que lugar ocupamos, de que lugar falamos, como adquirimos nossas bagagens históricas e culturais, quem somos, e por que lutamos, percebendo as linguagens como fios invisíveis que nos unem.

Encontramo-los nas trajetórias: pessoas, idéias, espaços, fatos vividos, e especialmente as leituras realizadas, sejam elas, das palavras sejam as que as antecederam; as leituras de mundo que se constituem por certo em partes constitutivas do ser que somos, para assim entender melhor as dificuldades dos acadêmicos, e tentar ainda que tarde, despertar-lhes a curiosidade, o gosto pela leitura e a consciência da sua necessidade para a vida, acadêmica ou cotidiana.

Encontramo-nos pela primeira vez em uma sala de aula em uma sub-sede da UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense. Esse era o primeiro encontro com essa turma de professores atuantes nas escolas do interior de um pequeno município da região serrana (e que nesse semestre iniciavam sua formação universitária). Pertencem, portanto, àquela camada da população que entende a importância da formação, da leitura, do aperfeiçoamento, para a realização pessoal e profissional.

Era abril de dois mil e três, em uma bela, mas muito fria manhã de sábado, quando o carro parou diante do pequeno prédio da Universidade no qual deveria iniciar a disciplina de Língua Portuguesa com o referido grupo.

Ainda dentro do automóvel que me conduzia, visualizei aqueles (aquelas) que seriam meus alunos a partir de então. Encontravam-se à frente do prédio procurando aquecer-se ao sol, e conversavam, um tanto nervosos, o que se podia perceber pelas vozes e gestos.

Ao entrarmos para a sala não me contive e a partir da minha apresentação, perguntei-lhes o que os afligia. Então um a um, começaram a me relatar o que acontecera. O professor que me antecederara dissera-lhes literalmente: "Vocês falam muito errado, nem sei como avaliá-los". Pude imediatamente entender-lhes a inquietação: E agora, como poderiam enfrentar o professor(a) de Língua Portuguesa?

Primeiro escutei-lhes pacientemente, e depois iniciei uma outra conversa, sobre as diferentes "variedades linguísticas", as culturas diferentes, tentando olhar a questão por outro viés de pensadores aos quais me alinho e assim começou a 'desconstrução' do preconceito linguístico. Foram se construindo nossos vínculos; veio a orientação de estágio de um dos grupos (daqueles que trabalhavam em escolas multisseriadas) seguindo-se as investigações que sustentaram minha dissertação de Mestrado.

Vale ressaltar que não foi nada fácil, depois do ocorrido, fazer com que superassem a "síndrome da folha em branco", e foi a muito custo que esses sujeitos foram se soltando tanto por meio da oralidade, quanto pela forma escrita e ousando expressar suas idéias.

As diversas leituras e discussões e a atitude de ouvinte da professora foram fazendo com que eles se sentissem empoderados, pertencentes a um grupo e cidadãos com direito de vez e voz.

Ousamos um olhar mais amplo a partir de uma perspectiva histórica, que se forma em castas, em classes menos ou mais privilegiadas o que ainda prevalece, conforme a obra de Gnerre (1994, p.10):

os cidadãos , apesar de ser declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não têm acesso ao código, ou às vezes têm uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela "norma pedagógica", ali ensinada.

Estudamos a evolução histórica e pôde-se perceber "que associar o poder da escrita foi nos últimos séculos da Idade Média uma operação que respondeu a exigências políticas e culturais" (GNERRE, 1994, p.11).

Leram-se, entre outros, *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) e *Pedagogia da Autonomia* (Freire, 1996), obras que trouxeram a realidade e a esperança para nossos sujeitos.

Há que se dizer, que essa vitória não foi milagre, nem mero acaso, mas construção. Construção coletiva envolvendo o corpo docente que passou a se reunir sob a orientação da coordenação de curso, da supervisão de estágio e iniciou uma caminhada conjunta no sentido de garantir que o curso desse conta de formar, no verdadeiro sentido, professores do campo, côncios de sua identidade, defensores

de seu território, mas com o olhar voltado para o horizonte, e com a visão do universal, do global.

Conhecedores de sua história, da formação da sociedade brasileira, a partir da colonização eles, os sujeitos puderam se encontrar e situar-se nesse tempo/ espaço e perceberem que suas dificuldades na academia, se entendem por ser um espaço muito novo que passam a ocupar, pois há muito pouco tempo era-lhes vedado esse direito. Por isso muitas vezes suas vozes soam estranhas até para alguns professores que ainda não entenderam essas mudanças, ou seja, a inclusão das classes menos favorecidas nas Universidades, espaço reservado às castas de brancos, ricos e de descendência européia, conforme nos respalda Rodrigues, 1985, p. 42, in Oliveira, 2003, p.8:

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas, negras contra uma branca, não havia paz cultural, nem paz linguística. Havia, sim, um permanente estado de guerra (...) O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas.

Houve um tempo, que perdurou até a Constituição de 1988, em que a política era a de "integração", de negros, índios e imigrantes, o que significava a consequente destruição de suas línguas, de suas culturas e sua adaptação ao formato luso brasileiro, conforme (OLIVEIRA, p.9 2003), na "Declaração Universal dos Direitos Linguísticos".

Quanto aos nossos (as) *professores- estudantes* pode-se afirmar que avançamos,, considerando que terminaram a graduação. Muitos deles cursam hoje, ou já concluíram curso de pós, e alguns já a estão complementando.

Como ocorreu essa passagem e/ ou aquisição de uma segunda língua, a língua padrão? de prestígio? Talvez me perguntem alguns. E não saberia dizer-lhes como e quando exatamente ocorreu essa transformação que foi individual, respeitando-se os tempos e bases de cada um. E foi também coletiva, a partir das interações nos momentos de devolução das leituras, de interpretação das mesmas e seu confronto com as realidades vividas e partilhadas em sala de aula; das trocas de saberes, enfim 'da práxis' que fomos construindo lenta, mas exaustivamente nos longos finais de semana com quinze aulas entre sexta à noite e sábados manhãs e tardes.

Mas se não sei exatamente quando, ousou afirmar que ocorreu com aqueles falantes mais uma aquisição, sem a perda da primeira língua, entendendo que ela já é parte constitutiva deles, mas agora sabedores que em situações formais deverão usar a segunda língua, ou seja, a culta, a adquirida na escola, nos livros, a língua das elites.

É impossível medir, ou usar de tabelas para apresentar o resultado da pesquisa e do trabalho desenvolvido por se tratar de pesquisa participativa e qualitativa, mas podemos realizar algumas análises a partir de algumas ações, atitudes, posturas de vida, que presenciamos e passamos a relatar.

Início transcrevendo o que se viveu durante o estágio dos meus sujeitos participantes. Como já é de conhecimento de meu interlocutor, nesse processo conjunto conversamos muito sobre o respeito com as culturas, as diferentes linguagens dos meus (minhas) alunos (as) - acadêmicos (as), bem como daqueles para quem eles e elas são os mediadores do conhecimento. Reforçamos sempre a

idéia de manter e valorizar a cultura local, paralelamente à construção do conhecimento e uso da linguagem padrão. Pensando nisso, o grupo de acadêmicos (as) resolveu em seu projeto de estágio trazer para a cena uma figura da tradição local. Dona Pituca como é chamada.

Este, com certeza, se constituiu em momento deveras significativo para todos nós. Para as crianças que tiveram a oportunidade de um diálogo interessante descobrindo a dinamicidade, bem como as variedades da língua; para as acadêmicas: o aprendizado de que nem só a língua padrão tem valor, e para esta pesquisadora, que o conhecimento empírico, a linguagem popular têm que ser resgatados **re-significados** para que não se percam a história, as raízes dessas comunidades; para que possamos olhar para o passado na construção presente e de um futuro para essa região.

O relato que trago a seguir é de autoria dos sujeitos participantes, professores de multisseriadas e educação infantil em seu relatório de estágio (julho de 2007):

Numa tarde de intervenção optou-se por convidar uma senhora da própria comunidade Sr^a. Lindaura Machado Luiz (Pituca), mulher de 72 anos, analfabeta, mas com um rico conhecimento de vida e de mundo. Não passou pelos bancos escolares, no entanto tem uma sabedoria muito ampla.

O rosto revela a experiência, os cabelos brancos, as batalhas, que fizeram dela tão sábia, e de espírito tão jovem. Com prudência e sensatez falou dos valores bem como respeito, fé e educação. Incentivou os alunos ao estudo, disse a eles que serão os adultos do futuro, os que levarão essa sociedade adiante.

Parafraseando Freire em várias de suas obras, não há saberes mais importantes ou menos, há saberes diferentes. E foram esses saberes, inclusive a linguagem regional que estiveram nesse dia dando suporte a novo e significativo encontro.

As crianças estavam de olhos fixos nela. Enquanto ela falava, nós acadêmicos refletíamos que, mesmo estando no sétimo semestre de curso, planejando antecipadamente e orientados, talvez não conseguíssemos transmitir tão bem quanto ela essa mensagem. Pois, cativou e manteve as crianças atentas e concentradas durante todo o tempo, Dona Pituca foi tão espontânea em sua "prosa" que de repente, as crianças também começaram a contar seus "causos", até mesmo a mais tímida, pediu para contar uma história.

Desenvolver projetos em que os alunos tenham funções definidas como: organizar, pesquisar, apresentar e liderar, ajudar a ampliar o vocabulário, conhecendo melhor a linguagem cultural e a linguagem padrão, são tarefas importantes no processo de aprendizagem significativa.

Solicitamos também a ela que nos falasse sobre o vocabulário específico da região e fomos anotando as diferenças entre o linguajar que ela trazia e a linguagem padrão que depois voltamos a explorar com as crianças as quais aprenderam bastante, além de divertir-se com as diferenças, sem desprezar o linguajar da região, aprendendo que por serem diferentes não são melhores nem piores, conforme apresentamos alguns exemplos na foto anexada a seguir. Certamente esse constituiu-se em um dos pontos altos de nossa experiência. (Clarisdina Glicéris Pereira, Germano Silva de Oliveira, Márcia Regina Pereira de Moraes, Maria de Fátima Ribeiro de Moraes, Sirlei Aparecida da Silva e Sonia Aparecida Machado de Oliveira: julho de 2007).

Pode-se perceber no discurso desses sujeitos a criticidade de que nos fala Paulo Freire, a consciência de seu papel social, partindo do local para o global, o sentimento de identidade e de pertença presentes tanto na ação de trazer dona Pituca para a escola valorizando assim seus saberes, bem como significando o estudo da linguagem padrão pelas crianças sem desprestigiar a linguagem popular, local e histórica desse povo.

Com o auxílio da própria convidada, os professores estagiários conversaram com as crianças sobre as formas diferentes de falar e iniciaram com elas um valioso e divertido jogo, estabelecendo um paralelo entre a linguagem popular e a linguagem padrão, demonstrando como ela pode mudar tanto no tempo quanto no espaço. Por isso não existe "jeito errado" de falar, mas "diferente".

Para enriquecer o trabalho que não se esgotou nessa aula, na medida que 'Pituca' levantava uma palavra diferente para saber quem já a conhecia, uma das professoras ia registrando em papel pardo em duas colunas: na primeira o uso local e/ou antigo e na outra o português mais formal.

Surgiram assim:

LINGUAGEM/POPULAR	LINGUAGEM FORMAL
Mio	milho
sismerá	esforçar-se
pricipiá	pricipiar, começar
fio derradero	filho derradeiro, caçula
gibera	bolso
brilhantina	gel de cabelo
extrato	perfume
incarnado	vermelho
orvaiada	pó-facial (pó de arroz)
sirola	cueca (comprida)
barrete	touca de bebê
prá mode	para que, afim de que
crizo o sol	eclipse
chicolatera	jarra
licoreira	jarra com tampa para guardar licor

Para nós que trabalhamos com a Língua Portuguesa e que temos clara nossa concepção de Língua, estamos atentos a essa questão e concordamos na importância de deslocar nosso estudo para os falantes da língua, considerando ser ela constitutiva do ser humano e não ferramenta exterior a ele. Para isso precisamos percebê-la neste plano concreto: 'os falantes'.

Isto posto, consideramos extremamente valiosa a atividade desenvolvida, que mostrou as diferenças sem discriminá-las.

Diante disso, poder-se-á sim, falar e refletir com as crianças a respeito das diferenças linguísticas, porém sem estigmatizá-las, sem constrangê-las dizendo-lhes que "falam errado". Colocar-lhes frente à linguagem popular dando-lhe o devido valor e mostrando-lhes a linguagem de prestígio como meta, para que dela se apropriem.

Seguindo Bagno (2003, p. 16):

É que a linguagem de todos os instrumentos de controle e coerção social, talvez seja o mais complexo e sutil, sobretudo depois que ao menos no mundo ocidental,

a religião perdeu sua força de repressão e controle oficial das atitudes sociais e da vida psicológica mais íntima dos cidadãos. E tudo isso é ainda mais pernicioso porque a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano em boa medida nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber "usar" corretamente a visão [...]

Por isso consideramos que este se constituiu em momento de deleite, pois a forma com que esses professores trataram as diferenças linguísticas e sociais foi inteligente, extremamente ética, e necessária. Ressaltamos ainda que da atividade resultou a confecção de um glossário que as crianças e as professoras iam construindo paulatinamente na medida em que apareciam palavras distintas entre as variáveis linguísticas.

Conforme respalda-nos Bagno (2003, p. 16): "o preconceito lingüístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado preconceito social" e continua falando-nos da reação que já está formada contra o preconceito étnico, de gênero e outros mas reafirma que a discriminação linguística - a acusação de "falar tudo errado" - apresenta-se muito forte e provém de "gente de todos os espectros ideológicos, do conservador mais empedernido até do revolucionário mais radical".

Porém entendemos que para ser professor das classes populares, dos meninos e meninas do campo, daqueles que estão fora do contrato social vigente, há que se ter formação e conceito coerente de Língua bem como sensibilidade para tratar dessas questões objetivando a inclusão.

Outro momento que considero importante partilhar foi quando, na época das festas juninas, os professores resolveram explorar algumas canções, entre elas "Asa Branca", de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira (1947). Foi lida, cantada e decantada, sendo que a primeira letra que as crianças receberam trazia a linguagem popular. Assim sendo começava *Quando oiei a terra ardendo, quar foguera de São João, eu perguntei meu Deus do céu, oi, pru que tamanha judiação....* e assim sempre que aparecia o dígrafo lh - era substituído por *iei*, além de outras palavras conforme nos apresenta o texto.

A atividade complementar foi de trocar a variante linguística popular (cabocla) pela língua de prestígio, mostrando que a comunicação acontece em ambas, e que a canção não perde sua beleza quando cantada na variante popular, mostrando as diferenças sem inferiorizá-las. Vale lembrar que esse tipo de atividade se repetia várias vezes em que as professoras intervinham para fazer suas inferências nos textos produzidos pelas crianças.

Recordando o primeiro dia de nosso encontro, e a angústia que lhes causara a afirmativa que "falavam errado", e que seria difícil avaliá-los, pode-se perceber nas situações mencionadas que houve a superação do preconceito deles mesmos com suas origens e que sendo assim, passaram a se preocupar no sentido de não deixar que seus alunos passem pelo mesmo sofrimento e humilhação que lhes fora infligido, tratando com muito cuidado dessas questões das variantes linguísticas.

Conclusão

Não gostaríamos de concluir esse trabalho afirmando que descobrimos a metodologia perfeita para lidar com as diferenças linguísticas. Não ousamos afirmar que todos (as) nossos (as) professores (as) acadêmicos(as) resolveram suas questões de identidade e de cultura aceitando-se e ao seu grupo como diferente,

sem sentir-se menos importante. Porém asseguramos alguns passos conjuntos e individuais nesse sentido. Concluímos também a importância da formação, e formação com as especificidades para os professores do campo; que o campo também não é homogêneo, apresentando suas especificidades regionais, étnicas, de classe social e outras. E sendo assim, nos cursos de licenciatura há que se pensar na estrutura curricular espaços para essa abordagem. Pudemos presenciar algumas transformações e a criatividade dos professores aflorando para vir ao encontro de uma educação acolhedora das diferenças reconhecendo-as, mas não as inferiorizando. Trabalho árduo que nos espera como educadores, se nossa concepção de mundo aponta-nos uma sociedade mais igualitária.

Vem corroborar conosco Bagno (2003, p.87) quando afirma:

A idéia mesma, amplamente difundida e aceita, de que o Brasil é uma nação monolíngue ("uma unidade na diversidade") também se enquadra comodamente num projeto de negar, pura e simplesmente, a existência daquilo que não pertence às elites, num processo ideológico de ocultamento e apagamento dos conflitos sociais provocados pela realidade das inúmeras situações passadas e presentes de multilinguismo.

Sendo assim, há que se construir muito, na busca de uma nação mais humana, onde realmente ocorra a inclusão de todos (as) os brasileiros (as) com suas culturas saberes, fazeres e falares diferentes, que se extirpe o preconceito arraigado historicamente: de que alguns poucos são melhores, que bem poucos sabem falar, e que só esses, podem mandar, exercer cargos, manifestar-se.

Afirma Orlandi (2001, p. 9): "Formular é dar corpo aos sentidos" e continua seu sábio discurso defendendo a idéia de que para que sejamos realmente sujeitos de nossa história temos que nos constituir pela e na linguagem, que "aqueles que se inscrevem na história para significar têm seu corpo atado aos sentidos".

Portanto a autonomia de homens e mulheres, referida por Freire depende também, primeiramente, da autonomia linguística, por que lutamos.

Referências

BAGNO, Marcos. **A Norma Oculta: língua & poder na sociedade brasileira**, São Paulo: Parábola Editorial 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 1996

GNERRE, Maurício. **Linguagem, Escrita e Poder**, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LARROSA, Jorge **Pedagogia Profana** - danças piruetas e mascaradas, (tradução: VEIGA-NETO, Alfredo), 4ªed., 3ª imp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. (org.) **Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos** -novas perspectivas em política lingüística, - Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação da Leitura do Brasil(ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto** - Formulação e Circulação dos Sentidos, Campinas, SP: Pontes, 2001.